

Reminiscências de um tempo de euforia

Cláudia Cristina da Silva Fontineles¹

Resumo: “Tocador de obras”, “Construtor de Teresina”, “Grande empreendedor”, essas são algumas das referências feitas acerca dos governos de Alberto Tavares Silva, sobretudo quando ele administrou o Estado do Piauí na década de 1970, durante seu primeiro mandato (1971-1975). Entender os elementos que contribuíram para que esse mandato repercutisse com mais força na memória da população piauiense que o segundo governo (1987-1991) é o que discute a presente pesquisa. Para desenvolvê-la recorreu-se a fontes documentais, hemerográficas e televisivas. No campo teórico, subsidiaram esses estudos as análises de Paul Ricouer, Maurice Halbwachs e Walter Benjamin.

Palavras-chave: História. Memória. Piauí.

Abstract: "Builder of works", "Builder of Teresina", "Big enterprising", these are some of the references done about Alberto Tavares Silva governments, above all when he administered the State of Piauí in the decade of 1970, during his first mandate (1971-1975). To understand the elements that contributed to that mandate echoed with more force in the memory of the population of Piauí that the second government (1987-1991) it is what the present research discusses. To develop the research it was fallen back upon documental, newspapers and television sources. In the theoretical field, to base these studies were used the Paul Ricouer's, Maurice Halbwachs' and Walter Benjamin's analyses.

Key-words: History. Memory. Piauí.

A euforia vivenciada no processo de urbanização da cidade de Teresina durante a primeira administração de Alberto Tavares Silva como governador do Piauí (1971-1975) atravessou o tempo e encontrou pouso na memória da população de Teresina, que continua a contemplá-la por meio de textos jornalísticos, matérias televisivas ou em pronunciamentos de muitos de seus habitantes como símbolo de empreendimento e de modernização, fortalecendo a imagem do ex-governador como instaurador desse projeto inovador, ao mesmo tempo que o fez resistir à erosão do tempo (HALBWACHS, 1990).

Nessa contraditória relação que o moderno mantém com o instante e com o eterno ganham relevância os mecanismos por meio dos quais se estabelece aquilo que Charles Baudelaire denomina de “imagens móveis da imóvel eternidade”, em cujas ações procura “extrair o eterno do transitório” (2007, p. 25). O efêmero instala-se sem abolir o encanto pelo imutável; o contingente compartilha morada com o eterno nos projetos humanos, ora

¹ Doutoranda em História pela UFPE. Professora do curso de história da Universidade Estadual do Piauí e do IFPI.

seduzindo-o, ora por ele se deixando seduzir. A principal busca empreendida pela modernidade faz-se sentir novamente nos percursos históricos, o novo torna-se o alvo de seu desejo, mas não consegue silenciar os encantos gerados pela duração através do tempo, afinal, de alguma forma, todos desejam conquistar um espaço na galeria do durável e da resistência à corrosão temporal, inclusive os que propagam a validade e a força do novo. Não se pode ignorar que a própria história necessita do novo para existir, nem tampouco que ela se porta ao mesmo tempo como guardiã das tradições, estimulando o convívio entre o novo e antigo em suas narrativas.

Nessa perspectiva, Walter Benjamin esclarece que a modernidade caracteriza-se principalmente pela capacidade de transformação, metamorfoseando-se e transformando-se constantemente. É importante também notar que a própria idéia de modernidade em si provoca diferentes interpretações, sendo usada em diferentes temporalidades e manifestações históricas, necessitando também situá-la no tempo. Quanto a isso é muito esclarecedora a consideração feita por Paul Ricoeur ao analisar tal conceito. Esse pensador afirma que a modernidade está associada à idéia que cada tempo faz de si e da novidade que este tempo oferece em relação a seu presente e ao passado. Segundo ele, isso consiste no jeito de dizer sua diferença e sua novidade em relação aos outros. Por isso, recorrendo a H. R. Jauss, esclarece que:

A impossível reivindicação ligada a esse conceito apenas é desvendada quando se lhe restitui sua formulação inteira e exata, e quando se diz e se escreve “nossa” modernidade. Não se trata de nada menos do que da “idéia que nosso tempo se faz de si mesmo em sua diferença, em sua ‘novidade’ em relação ao passado” (RICOEUR, 2007, p. 321).

Segundo essa concepção, cada época elege o que considera compor sua modernidade, que está circunscrita a um tempo e a um espaço que lhe possibilitam estabelecer comparações e distinções, indicando geralmente uma noção de superioridade do presente em relação ao passado comparado, embora em certas configurações nem sempre isso se confirme. A promessa constante da novidade e da superação em relação ao período anterior constitui-se como sua principal característica, independente do tempo cronológico em que se situa e ao qual se refere. Ser moderno representa ser moderno em relação a algo ou a um dado tempo que se acredita está superando ou aperfeiçoando.

Assim, a idéia de modernidade formulada no século XIX por Baudelaire – considerado o introdutor dessa palavra na língua francesa – estava relacionada à capacidade de criar uma consciência histórica de si. Para confirmar isso, Ricoeur, recorrendo ao poeta francês, defende que “não há a modernidade, há *nossa* modernidade” (2007, p. 326). A

modernidade, portanto, além de ser uma manifestação histórica, é uma manifestação circunscrita a um tempo histórico, que elege prioridades e valores, estabelecendo distinções entre o antes e o depois com os olhos do porvir. Assim, cada época elege sua modernidade e luta por conquistá-la e por refigurá-la conforme seus anseios e necessidades, mas também mediante suas possibilidades.

Os projetos modernos, portanto, não são fixos, muito pelo contrário, estão em movimento constante. Sob essa perspectiva, a modernidade enlaça-se à idéia do novo, recorrendo também à defesa do progresso como símbolo de suas realizações. Assinala, dessa maneira, uma época e as forças inovadoras que nela agem, mas que também a aproximam do que era considerado antigo. Walter Benjamin, discutindo essa efemeridade do moderno, defende que a modernidade é “o que fica menos parecido consigo mesmo” (2000, p. 88). No Piauí, diferentes épocas reivindicaram o discurso da modernidade para defender e implantar seus governos como sendo os principais representantes desse projeto moderno, mas poucos gravaram com tanta intensidade esse discurso na memória da população piauiense quanto o formulado e emitido pela década de 1970, referindo-se ao mandato iniciado por Alberto Silva no ano de 1971 como “o governo do otimismo”. Os jornais desse período divulgavam tal expressão quase diariamente e essas vozes continuam ecoando com muita força na memória social piauiense do tempo presente, sendo considerado algo natural associar o nome desse ex-governador ao crescimento e desenvolvimento do Estado, e mais especificamente de sua capital.

As promessas para assegurar o novo e implantar a modernidade vêm acompanhando as trajetórias percorridas pelas administrações do Piauí desde o fim do século XIX, atravessando o século XX. Porém, é no governo de Alberto Silva que se edifica esse discurso, atribuindo significativa importância a esse projeto de novo, ao assumir-se como o portador desse progresso na história piauiense e com esse perfil introduzir-se na memória do Estado, inscrevendo-se como o governo símbolo do empreendedorismo e da novidade. A reverência à modernidade estende-se a seu portador e a tudo o que a ele esteja relacionado. Nas referências feitas a esse político é comum o destaque ao seu espírito empreendedor, como expressa o jornalista Zózimo Tavares que, ao se referir aos 100 fatos mais marcantes da história do Piauí no século XX, destaca seu primeiro governo como símbolo do desenvolvimento construído no Piauí, salientando que “com criatividade e arrojo, Alberto Silva realizou um governo desenvolvimentista, aliado a um ambicioso plano de marketing” (2000, p. 89).

Embora o jornalista frise o papel desempenhado pelo marketing no governo albertista, enfatiza principalmente o caráter desenvolvimentista por ele defendido, bem como

elogia a postura arrojada e criativa de seu líder. A mesma postura elogiosa é adotada por Tomaz Teixeira, que ao se referir ao primeiro governo de Silva, informa que “naquele período, não se falava em miséria e sim em progresso, era o Piauí que estava acordando para nunca mais dormir e com todas as suas forças ajudar sua gente e, conseqüentemente, a Nação brasileira” (1981, p. 24). A associação entre a população piauiense e o estado de sonolência traz consigo uma forte ambigüidade, pois só dorme quem está vivo, embora em inatividade, mas também o sono é considerado o atalho em direção à morte, sendo uma manifestação muito próxima dela. O meio utilizado para fazer isso seria, conforme essa concepção, o investimento no progresso, instrumento indispensável no combate à sonolência gerada pelo atraso do passado.

A um Piauí miserável contrapunha-se um Piauí próspero, que acordava para o progresso, parceiro inseparável do novo. Esse progresso, tão almejado pela sociedade, tornou-se conteúdo constante dos discursos oficiais em diferentes épocas. Todavia, esse discurso ganhou maior repercussão no governo iniciado no ano de 1971 e o progresso propagado era tratado como fruto da obra de uma única pessoa: o governador Alberto Silva, que teria atuado no combate a tudo que representava atraso, agindo como “o maior desmascaramento na história do Piauí. O Estado que era inviável passou a ser acreditado, como o *trem* que se coloca *em cima dos trilhos* no ponto de percorrer os caminhos do *progresso*” (TEIXEIRA, 1981, p. 25- grifos nossos). Novamente a seta da evolução da história era disparada, como se houvesse um caminho único a seguir ou um trilho no qual se deveria encarrilhar o Piauí rumo ao progresso e do qual ele não deveria sair, pois era isso que lhe atribuíra visibilidade e lhe proporcionava credibilidade. A condição de condutor da locomotiva do progresso seria assumida pelo governador do Estado de então. Atribuía-se a ele o papel não só de guardião como de construtor e de condutor dessa locomotiva. A partir desse primeiro governo, Alberto Silva é conclamado com frequência, passando a integrar quase todos os discursos formulados sobre a inserção do Piauí no mundo moderno, assumindo a condição de guia dessa luta.

A preocupação com a infra-estrutura e com os transportes tornou-se uma das marcas do modo de governar assumido por Alberto Silva – inscrevendo-se como uma das insígnias de seu governo - o que gerou uma forte aprovação popular, destacada em diferentes fontes consultadas, inclusive entre seus adversários políticos, sendo incorporada em todos os registros que discutem a história e a memória do Piauí nesse período. Quanto ao desenvolvimento experimentado a partir do investimento em infra-estrutura na década de 70, é comum reconhecer-se, como faz Tavares, de que foram vultosos, dedicando especial destaque ao investimento em estradas, que foram melhoradas e asfaltadas, o que implicou em

um forte crescimento em todo o Estado, principalmente em Teresina, pois, segundo sua interpretação, “a capital começou a exibir sinais de metrópole e ficou interligada por rodovias a todo o interior e ao restante do país”. Esse caráter de metrópole assumido por Teresina diz respeito à hierarquização do espaço a partir da dominação exercida pela capital em relação a todo o Piauí, por meio de sua função administrativa, jurídica, fiscal, financeira e policial, mas também no estabelecimento de normas referentes à estética, ao comportamento e a hábitos praticados pela sociedade, promovendo a articulação entre os lugares, como esclarece Ana Fani Alessandri Carlos (2001) ao tratar da importância das cidades no desenvolvimento de um grupo social e na história desse grupo. Em razão disso as estradas também atraíram investimentos no Estado, por meio dos “vários empreendimentos empresariais que se implantaram nos mais diferentes setores” (TAVARES, 2000, p. 89).

Se o sentido dos lugares da metrópole se constrói nas relações que os criam, o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que são “produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso” (CARLOS, 2001, p. 36). Em relação à distribuição populacional na década de 70 é importante esclarecer que enquanto a população urbana no Brasil já superava a rural, no cenário piauiense isso não ocorria, pois a população urbana correspondia a 32%. Segundo Martins et al (2002, p. 172), isso se explica pelo fato da “urbanização piauiense não possuir autonomia, sendo mais um fenômeno reflexo” em relação ao que ocorria em nível nacional. Sob essa visão, restringem-se muito as manifestações históricas ocorridas no Piauí às decisões do Governo Federal. Mas é importante esclarecer que embora houvesse uma forte concentração nas decisões governamentais no período, que precisavam ser submetidas ao crivo do Palácio da Alvorada, havia uma margem de mobilidade na esfera estadual, que também interferia nos caminhos percorridos pelo Estado e muitas dessas decisões contribuíram para atrair a migração para os centros urbanos, sobretudo em razão da expansão na oferta de trabalho gerada pela construção civil a partir do financiamento de obras públicas no período.

É certo que nessa década os maiores núcleos urbanos do Estado eram Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos, e que juntos concentravam mais de dois terços da população urbana piauiense, o que correspondia a 84,2%, mas isso era fruto de uma associação de fatores, que contava com a intervenção direta do governo piauiense que, através de suas decisões, também contribuía para estabelecer essa configuração ao estimular uma série de construções públicas que geravam muita oferta de trabalho no setor da construção civil, uma das que mais incorporavam a mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação advinda dos municípios e zonas rurais.

Isso, todavia, não se refletiu proporcionalmente num desenvolvimento do setor produtivo equilibrado no Estado. Ainda assim Martins et. al. confirmam as variadas reformas e construções promovidas pelo poder público no período, esclarecendo que isso gerou estímulo ao consumo em diferentes áreas, pois

O somatório de obras de infra-estrutura – não somente aquelas relativas a rodovias de integração interestadual e inter-regional, como também uma série de melhoramentos urbanos, como construções de pontes e amplas avenidas asfaltadas, oferta abundante de energia elétrica, etc – atua no estado mais pobre, como no caso do Piauí, como verdadeiro fator de estímulo ao consumo de produtos manufaturados de toda a espécie que, obviamente, são importados de outros centros (2002, p. 215).

Textos como esse apenas confirmam a forte intervenção estatal no setor da infraestrutura urbana durante a década de 70. Essa intervenção foi intensificada ainda mais quando a análise se estende à capital do Estado, que foi considerada o palco central da exposição das ações governamentais rumo ao progresso prometido, tornando-se símbolo de sua conquista no cenário local.

Teresina era tratada como o centro irradiador do processo de desenvolvimento por que passava o Piauí. Isso também ocorrera em outros momentos da história local, como já foi exposto, mas a reivindicação da inserção na modernidade experimentada na década de 70 ecoa mais fortemente na memória da população piauiense nos dias atuais, talvez em razão da proximidade temporal ao presente ou dos lugares da memória construídos nesse período e preservados até a atualidade, o que a atualiza e a (re)significa conforme as inquietações do presente, nas quais a cidade é percebida e sentida como materialidade que associa objetividade e subjetividade, suscitando o sonho e a imaginação, explorando o possível e o impossível, assemelhando-se às ponderações feitas por Henri Lefebvre, quando ele defende a totalidade que envolve o urbano:

Os comportamentos se descrevem, os desejos são ditos, se exprimem: a cidade e o urbano suscitam ao mesmo tempo um saber e um lirismo. O urbano, a cidade e seus entornos, o espaço ele próprio forma uma totalidade parcial e aberta, ela mesma nível de totalidades mais vastas (a nação, o território nacional, o Estado). Com que direito mutilar essa totalidade? (LEFBVRE, 1978, p. 270-271).

As transformações promovidas em Teresina não são vistas dissociadas dessa totalidade que a abarca, mas não sob uma perspectiva opressiva e sim complementar. Embora essa aproximação temporal seja o argumento alegado para entender por que as obras realizadas pelo governo de Silva na década de 70 inscreveram-se com tanta força na memória piauiense, é importante destacar que governos posteriores aos dele também acenavam com a

bandeira do desenvolvimento e do progresso, prometendo inserir o Piauí nos caminhos da modernidade, mas nenhum desses discursos gerou tantos defensores e adeptos quanto o promovido por Silva. Suas inscrições no tempo deixaram marcas mais profundas na memória da população piauiense, que não cansa de reivindicá-las no presente, principalmente em datas comemorativas, nas quais se destacam realizações que marcaram o Estado, a exemplo do que ocorreu no Programa Comemorativo dos 20 Anos da TV Cidade Verde, ocorrido no ano de 2006, no qual as decisões governamentais de Alberto Silva ganharam bastante destaque, salientando suas venturas e desventuras.

Entre os aspectos ressaltados no programa televisivo, reprisaram a transmissão de sua posse no segundo mandato de governador do Estado, em 15 de março de 1987, no qual o governador recém-empossado destacava o fato de ser conduzido pela segunda vez ao Karnak, mas daquela vez por meio do voto popular. Por meio da ênfase atribuída a esse fenômeno pode-se perceber como a conquista do poder executivo estadual por Silva era encarada como símbolo de uma vitória, principalmente pelo fato de que um governo nomeado pelos militares na década de 70 voltava ao poder pela escolha popular proporcionada pela redemocratização do país, indicando para a força que essa liderança gozava junto à sociedade piauiense. Daí a importância atribuída pela matéria jornalística ao fragmento do pronunciamento de posse no qual o governador enfatizou a conquista do poder de maneira democrática: “Esperamos cumprir os nossos deveres juntamente com os nossos correligionários e as oposições coligadas, contribuindo assim para robustecer a confiança e o respeito dos que nos escolheram nas urnas de novo” (TV CIDADE VERDE, 2006).

Dentre os feitos que ganharam destaque no programa televisivo a respeito das duas administrações desse governador sobressaem-se os realizados em Teresina, pois já na prestação de contas do primeiro ano do primeiro mandato, o próprio governador afirmava que havia dedicado especial atenção à capital, afirmando que ela receberia empreendimentos variados do governo estadual, destacando a construção do Instituto de Educação Antonino Freire – principal formadora de normalistas do Estado -, reforma e ampliação do Hotel do Piauí e do Palácio do Karnak, construção do Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas e do ambulatório do Hospital Getúlio Vargas – principal hospital público piauiense -, e a construção de dois ginásios polivalentes, além de firmar um convênio com a Prefeitura de Teresina, para a construção de obras de embelezamento da cidade (SECRETARIA..., 1972, p. 3).

Teresina, nesse período, reproduzia o exemplo da cidade invisível de Zirma, de Ítalo Calvino (1990, p. 22), repetindo os símbolos que lembravam a presença de Silva à frente do governo para continuar a permanecer em sua memória, fazendo-se redundante em certas

situações pela repetição das realizações promovidas por sua administração. Com essas decisões, a capital do Piauí passou a possuir uma série de símbolos que passaram a dar visibilidade a seu criador, atualizando sua presença no cotidiano da população. Daí Teresina ter passado a conviver na década de 70 com sucessivas construções, confirmando o título de “canteiro de obras” que lhe foi atribuído pelo governador e pelos registros deixados pelo tempo sobre esse período, principalmente nos jornais locais, inclusive nos que faziam oposição ao governador. Entre as principais obras que ela sediou na década de 70 estão o terminal de petróleo, o estádio de futebol Albertão, o zoobotânico, a Universidade Federal do Piauí², a maternidade Evangelina Rosa, o Hotel do Piauí³, a construção dos prédios da Central Elétrica do Piauí S/A (CEPISA) e do Palácio do Tribunal de Justiça, além da reforma das principais praças do centro da cidade – Praça Pedro II, Praça Rio Branco e Praça da Bandeira – lugares privilegiados dos eventos sociais e do convívio cotidiano da maioria dos habitantes teresinenses. Por isso, considerados fundamentais nas reformas de então, como destaca o *Jornal O Dia*, de 2 e 3 de janeiro de 1972, ao mencionar que essas obras integravam um “convênio para embelezamento da cidade, com a reforma e ampliação de praças, de modo que seja dada uma feição mais condizente à cidade que cresce e que reclama todas essas necessidades”.

A reforma dessas praças é considerada uma resposta do governo do Estado ao crescimento da capital do Estado, que avançava rumo ao progresso vivenciado no período, propiciando-lhe uma “feição mais condizente” à sua condição de capital e de locomotiva do desenvolvimento pregado para todo o Piauí. Mais uma vez Teresina assumia a condição de vitrine das ações governamentais pela própria condição de ser a sede administrativa e econômica do Estado, devendo inspirar os demais municípios piauienses a imitá-la, embora não conseguisse manter esse padrão nem mesmo em toda a cidade, pois esse projeto de embelezamento não atingiu nem sequer todas as praças e espaços na capital, como é sentido nos vários protestos noticiados nos periódicos da época, que frequentemente acusavam o abandono de muitos espaços públicos, inclusive de praças situadas no centro da capital.

Mesmo assim, ao que parece, Teresina da década de 70 do século XX assumia o mesmo compromisso semeado no século anterior quanto ao repertório de edifícios que um local deveria ter para ser considerado uma legítima cidade, confirmando o que Cacilda

² A Universidade Federal do Piauí foi oficialmente instalada em 1º de março de 1971, no governo de João Clímaco d’Almeida, o Joqueira, mas como seu mandato estava no fim, foi seu sucessor – Alberto Silva – que viabilizou seu funcionamento durante seu governo.

³ Atualmente denominado de Luxor Hotel.

Teixeira Costa afirma ao dizer que “a partir do final do século XIX passou a existir um consenso mundial quanto ao repertório de edifícios públicos que as cidades deveriam ter para serem verdadeiramente ‘uma cidade’” (2001, p. 15). No repertório apresentado exigia-se a existência de alguns prédios públicos, tais como: palácio de governo, prefeitura, fórum, teatro, museu, estação ferroviária, mercado, câmara, senado (ou prédios que correspondessem à sede do poder legislativo).

Em seu primeiro governo Alberto Silva parece ter compartilhado desse consenso em torno desse repertório, pois promoveu reformas em quase todos os prédios da administração pública no período, a exemplo do Palácio do Governo Estadual, o Karnak; assim como na sede do poder legislativo, o prédio da Assembléia Legislativa e na sede do poder judiciário, o Palácio da Justiça; no Teatro 4 de setembro; e em diversas praças, entre as quais destacam-se as citadas anteriormente, que eram tidas como o espaço central da vida cultural da cidade. O palco do sonho e do desejo organizado em Teresina respondia a um projeto de modernização organizado pelo Estado, que respondia a uma exigência do período, mas que também atendia a interesses particulares de seu construtor de permanecer na memória da cidade, de inscrever-se nela por meio das obras nela construídas. Embora se saiba que ele não inaugurou na prática esse modelo governamental que já era praticado por diferentes administradores em nível nacional e internacional, reconhece-se que Alberto Silva o conduziu com grande eficiência e o transformou em símbolo central de sua presença à frente do comando político do Piauí e isso gerou uma euforia tamanha no período que suas reminiscências continuaram a produzir frutos na memória da população local, inscrevendo-o como um grande “tocador de obras”, merecedor ora de reverências, ora de críticas na condução desses projetos, mas tornando-o sinônimo do espírito empreendedor nos cenários piauiense e nacional.

Várias vias de circulação de pessoas e de veículos foram criadas ou ampliadas. Exemplo disso foi a ampliação da Avenida Frei Serafim – que recebeu a iluminação a vapor de sódio, fontes luminosas, pedras portuguesas e jardins de gramados – e da construção da Avenida Miguel Rosa – que ligava a zona sul à zona norte de Teresina, bem como das avenidas que dão acesso ao estádio Albertão, visando a facilitar o acesso e a visibilidade desse símbolo do futebol piauiense, assegurando a presença do seu construtor na memória local, embora essas últimas tenham sido iniciativas e frutos da intervenção do poder executivo municipal, que tinha à frente o prefeito Joel Ribeiro, também engenheiro e major aposentado do Exército, mas que ficaram registradas na memória de muitos habitantes como fruto das ações do governador. Esses símbolos de uma modernização produzidos na morfologia urbana misturavam-se e inseriam Teresina no mesmo perfil comungado por outras cidades que se

apresentavam como modernas, “por meio de novas formas arquitetônicas, novas e largas avenidas destinadas a um tráfego cada vez mais denso, que se apresentam como imensas cicatrizes no tecido urbano”, como enuncia Ana Fani Carlos (2001, p. 31-32) ao tratar do espaço como um fio condutor para a compreensão do mundo contemporâneo.

Nesse período, assim como a cidade de Leônia, de Calvino, Teresina revelava em si um imenso prazer pelo novo e pela transformação constante. Em suas incessantes construções, quanto mais expelia, mais acumulava, refazendo-se através da ordem promovida nos escombros, sendo que os operários, assim como os lixeiros da literatura, funcionavam como anjos em “sua tarefa de remover os restos da existência do dia anterior” (1990, p. 105). É como se a remoção do antigo e a implantação do novo representassem sempre um avanço. Sob essa perspectiva, era necessário semear e difundir essa idéia entre a população para que ela também atuasse como defensora e produtora dessas transformações. A euforia integrava os discursos governamentais em todo o país no período, e no Piauí não era diferente, pois a fome e a sede pelo novo invadiam seu cotidiano e o desafiavam a cumprir as metas de transformações traçadas, sobretudo na capital. Teresina assumia-se como um híbrido das cidades de Leônia e de Zirna, à medida que ansiava pelo novo e o transformava em símbolo da presença do governo que o produzia.

A valorização do novo na década de 70 era tão intensa quanto a constante remoção dos elementos que lembrassem reminiscências da presença de outros governantes em períodos anteriores, como forma de ampliar ainda mais a importância das realizações e transformações produzidas pelo governo ora aplaudido. Pretendia-se, com isso, remover o passado, suas manifestações, porém, transformavam-se em camadas submersas nos resíduos das inovações urbanísticas e a todo instante insinuavam-se em meio às camadas novas que lhes sufocavam, demonstrando que o convívio entre o novo e o antigo é mais sutil do que se pode pensar, e que sua sutileza não implica em fragilidade, mas na capacidade de interação, força e ardil da própria história, que mesmo nas inovações não renuncia a permanência de elementos construídos em tempos pretéritos.

REFERÊNCIAS

- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade: o pintor da vida moderna*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. Tradução José Martins Barbosa; Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas), 2000.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução: Diogo Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CARLOS, Ana Fani A. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto. 2001.
- COSTA, Cacilda Teixeira. *O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. São Paulo: EDUSPI, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. 1990.
- LEFEBVRE, Henri. *De l'Etat*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.
- MARTINS, Agenor de Sousa et. al. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. 2ª ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.
- O DIA. Teresina, 2 e 3 jan. 1972, p. 3.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora UNICAMP. 2007.
- SECRETARIA DE OBRAS COMANDA OPERAÇÃO PROGRESSO DO PIAUÍ. *Jornal*
- TAVARES, Zózimo. *100 fatos da história do Piauí no Século XX*. 3. Ed. Teresina: Halley, 2000.
- TEIXEIRA, Tomaz. *A outra face da oligarquia do Piauí*. Fortaleza: Stylus Comunicação. 1981.
- TV CIDADE VERDE. *Programa Comemorativo de 20 Anos da TV Cidade Verde*, Teresina, 2006.